REQUERENTE: MARIANA PAULA CAVALCANTE LEONEZ

Decisão: POR UNANIMIDADE, DESAPROVARAM-SE AS CONTAS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0608491-80.2018.6.19.0000

PROCEDÊNCIA: Rio de Janeiro - RIO DE JANEIRO

RELATOR: Gabinete do Membro Jurista 2

REQUERENTE: ELEICAO 2018 ELIEZER BARBOZA DEPUTADO ESTADUAL

REQUERENTE: ELIEZER BARBOZA

Decisão: POR UNANIMIDADE, JULGARAM-SE NÃO PRESTADAS AS CONTAS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 46-08.2018.6.19.0038

ORIGEM: RIO DE JANEIRO-RJ

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL RICARDO ALBERTO PEREIRA

EMBARGANTE: LUIZ ANTONIO DANTAS RIBEIRO, candidato ao cargo de Prefeito do Município de Teresópolis

ADVOGADO: Thiago Britto Mota - OAB: 167547/RJ

EMBARGANTE: HYGOR GONÇALVES DE OLIVEIRA, candidato ao cargo de Vice Prefeito do Município de Teresópolis

ADVOGADO: Thiago Britto Mota - OAB: 167547/RJ

EMBARGADO: VINICIUS CARDOSO CLAUSSEN DA SILVA, candidato eleito ao cargo de Prefeito do Município de Teresópolis

ADVOGADO: Mauricio Fernandes Mendes - OAB: 102759/RJ

ADVOGADO: Michel David Salonikio - OAB: 102215/RJ

ADVOGADO: Vinicius Pinto da Silva - OAB: 115221/RJ

EMBARGADO: SIDINEI DE PONTES DA SILVA (DI PONTES), responsável pelo perfil na rede social Facebook

ADVOGADO: Daniel Felipe Cabral Araújo dos Santos - OAB: 121998/RJ

ADVOGADO: Mauricio Fernandes Mendes - OAB: 102759/RJ

RESUMO: Embargos de Declaração opostos face ao Acórdão que desproveu o recurso

Decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVERAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, ANA LUIZA CLARO DA SILVA (ass.), Secretária, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente deste Tribunal. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2019. DESEMBARGADOR CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA (ass.) Presidente.

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 1103/2019

Dispõe sobre a Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais;

CONSIDERANDO que os Tribunais podem dispor de uma condecoração para homenagear as ações meritórias promovidas por personalidades e pessoas jurídicas, nacionais, estrangeiros ou internacionais;

CONSIDERANDO que, segundo consenso e tradição universais, as condecorações são uma forma de reconhecimento de mérito e incentivo à prática de ações honrosas, de elevação humana e importância social;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Resolução TRE-RJ n.º 462/1997, que instituiu a Medalha de Mérito da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, alterada pelas Resoluções TRE-RJ n.º 622/2005 n.º 708/2009;

RESOLVE:

Aprovar a seguinte Resolução:

Art. 1º – A "Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro", originalmente instituída pela Resolução TRE-RJ n.º 462/1997, tem por objetivo distinguir e homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral e à cultura jurídica.

Art. 2º – A "Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro" terá como forma principal a versão pendente de fita, passada ao redor do pescoço do agraciado, contendo, como complementos, uma roseta e, sendo o homenageado militar, uma barreta.

Parágrafo Único – A descrição e a semiologia da honraria em suas três formas, bem como o seu desenho e o modelo de Diploma a ser assinado pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que certificará a sua outorga, constam, respectivamente, dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 3º – A outorga da medalha dependerá da indicação justificada por parte de qualquer dos membros do Tribunal e será concedida por deliberação da maioria absoluta do Tribunal.

Art. 4º – A medalha será acompanhada de Diploma assinado pelo Presidente do Tribunal e será outorgada em solenidade no Tribunal Regional Eleitoral, realizada no dia primeiro de junho de cada ano (data da instalação do Tribunal Superior Eleitoral no Palácio Monroe e dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país) ou em data diversa, designada mediante ato do Presidente do Tribunal.

Art. 5º – A honraria, limitada a 20 (vinte) por ano, ou em número maior, se assim deliberarem os membros da Corte Eleitoral, poderá ser concedida post mortem, caso em que deverá ser entregue a representante da família do agraciado.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento, o agraciado poderá fazer-se representar na cerimônia de entrega da Medalha.

Art. 6º – As medalhas serão entregues pelo Presidente do Tribunal, que poderá, durante a cerimônia, convidar personalidades a promoverem a entrega da honraria, recebendo medalha que lhe seja destinada das mãos do Vice-Presidente.

Art. 8º – As concessões e outorgas da Medalha e do respectivo Diploma serão registrados em livro próprio, anotando-se, no verso do referido Diploma, o número do livro, o do registro, o da página e datas correspondentes.

Parágrafo Único – O livro de que trata este artigo, bem como as peças, os diplomas e os documentos relativos à Medalha, estarão sob a guarda do gabinete da Presidência, sendo designado um servidor para as tarefas do registro controle.

Art. 9º – Os agraciados com direito a uso de vestes talares, trajes universitários ou acadêmicos, vestes religiosas ou uniformes militares poderão receber a insígnia assim trajados.

Art. 10 – O uso de insígnias obedecerá às normas gerais em matéria de condecorações e, em especial, para os magistrados, às normas fixadas pelos respectivos Tribunais; para os civis, às estabelecidas pelo Cerimonial da Presidência da República ou pelo Ministério das Relações Exteriores e, para os militares, ao que determinarem os respectivos regulamentos e uniformes.

Art. 11 – Perderá o direito do uso da "Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do estado do Rio de Janeiro", devendo restituí-la a este Tribunal, juntamente com os seus complementos, o agraciado que vier a praticar ato atentatório à dignidade e ao espírito da honraria.

Parágrafo Único – A cassação da Medalha será formalizada após deliberação da maioria absoluta do Tribunal.

Art. 12 – Na produção industrial da Medalha e de seus complementos, instituídos por esta Resolução, serão toleradas, por exigências técnicas, alterações no projeto original em anexo, conquanto não contrariarem as normas da Medalhística e da Heráldica que embasaram a proposta.

Art. 13 – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14 – Revogam-se as Resoluções TRE-RJ n.º 462/1997, 622/2005 e 708/2009.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

Publicações - Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Edital

Processo 0600445-68.2019.6.19.0000

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA JUDICIÁRIA Edital de Abertura de Prazo para Impugnação a Prestação de Contas de Partido Político

(Expedido para os fins do art. 31, §3º da Resolução TSE nº 23.546/2017)

PETIÇÃO Nº 0600445-68.2019.6.19.0000 REQUERENTE: AVANTE - AVANTE ADVOGADO: GUSTAVO PEREIRA DE MELO GUIMARAES - OAB/RJ115005 ADVOGADO: VINICIUS CORDEIRO - OAB/RJ062752 REQUERENTE: VINICIUS CORDEIRO ADVOGADO: GUSTAVO PEREIRA DE MELO GUIMARAES - OAB/RJ115005 REQUERENTE: WILSON CARLOS PICOLIS

A Sra. ANA LUIZA CLARO DA SILVA, Secretária Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, FAZ PUBLICAR o presente EDITAL, nos termos do art. 31, §3º da Resolução TSE nº 23.546/2017, para que, no prazo de cinco dias, o Ministério Público ou qualquer partido político possa impugnar a prestação de contas apresentada pelo(a) AVANTE - AVANTE e outros (2) - ESTADUAL, bem como relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos.

A consulta aos aludidos documentos deve ser realizada no endereço eletrônico <https://pje.tre-rj.jus.br:8443/pje-web/ConsultaPublica/listView.seam>, mediante o fornecimento do número do presente processo: 0600445-68.2019.6.19.0000

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2019.

ANA LUIZA CLARO DA SILVA
SECRETÁRIA JUDICIÁRIA

Intimações

Processo 0605236-17.2018.6.19.0000

Processo nº 0605236-17.2018.6.19.0000

REQUERENTE: ELEICAO 2018 CLEBER GALVEAS DE OLIVEIRA JUNIOR DEPUTADO ESTADUAL, CLEBER GALVEAS DE